

02.08.2019

mesa 4

17h00 - 18h30



**Meio
Ambiente**

coordenação
Edna Castro
mediação
Camila D'ottaviano

RELATORIO FINAL
EIXOS TEMÁTICOS DO FÓRUM MINEIRO BRCIDADES



Belo Horizonte, 2018.

2.2. EIXO 2: MINERAÇÃO, TERRITÓRIO E SOBERANIA

Mesa composta por:

- Karine Carneiro - GEPSA/UFOP
- Ceci Martins - MAM

2.2.1 Principais discussões:

- Necessidade de um desenvolvimento que seja mais democrático a partir da inclusão da base trabalhadora no processo, que pautar a soberania popular, alimentar, ambiental.
- Necessidade de arquitetos e urbanistas que trabalhem com pessoas vulnerabilizadas e situações reais.
- O quanto as mulheres são afetadas na exploração de mineração e construção de hidrelétricas. Precarização do trabalho feminino, prostituição, violência sexual, assédio.
- Silêncio da mídia sobre o crime do rompimento da barragem da Samarco/Vale/BHP.
- Territórios e comunidades tradicionais
- Racismo ambiental
- Território como algo atrelado aos modos de vida da população na região existente, influenciando na cultura, hábitos e pensamentos locais.
- A academia como ator em disputa pelas empresas privadas.
- Universidade trabalhar com as pessoas e pelas pessoas, trabalho extensionista.
- Perspectiva dos atingidos, transformar essas pessoas em protagonistas de sua própria história;

- Legitimar a forma de construir, culturas e conhecimentos tradicionais, de outra forma de saber;
- Lógica predatória da mineração que criminaliza pequeno produtor, garimpeiro, os atingidos de modo geral.
- A necessidade de combater a privatização (internacionalização) e fortalecer o Estado.
- Soberania popular e nacional;

2.2.2 Diretrizes Obtidas

- Dar visibilidade da questão da CEFEM (Contribuição Financeira para Estados Minerados) por meio de denúncias em instituições como o MP, Secretarias de Fazendas Estaduais, além de debates com a sociedade civil e com os profissionais da área (economistas, auditores, área fiscal), sobre a CEFEM;
- Sobre licenciamento ambiental: disputa via debate de pressão no poder legislativo para barrar a aprovação da nova regulamentação de licenciamento ambiental;
- Sobre as formas de definir territórios como áreas livres de mineração (comunidades tradicionais): pressionar o legislativo, deputados, denúncia internacional;
- Desenvolver um plano de desenvolvimento pós-mineração e grandes empreendimentos,
- pensar com o território e com a população;
- Fortalecer soberania popular sobre os recursos naturais;
- Priorizar a pequena mineração diante da mega- mineração;
- Auto- organização de mulheres, movimento de base, rede de proteção de mulheres,
- políticas públicas para mulheres e população em geral nos locais minerados e onde há grandes empreendimentos, feito pela população civil e provocando instituições;

- Atentar à diversidade de pessoas afetadas por grandes empreendimentos, sendo elas as mais pobres, as comunidade tradicionais, os negros, as mulheres, os LGBTQs e minorias em geral;
- Incentivar o trabalho extensionista universitário por meio da educação popular, pesquisas e extensões engajadas;
- Articulação dos movimentos sociais com a academia na disputa de consciências e na produção de conhecimento científico-social.